



Anais da Assembléia

Nº 16

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 24 DE MARÇO DE 1976

ANO II

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 16ª SESSÃO (EXTRAORDINÁRIA)

REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 1976 - (Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Senhores Deputados Francisco Escorsin e Lúcio Machado.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, João Cioni Neto, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Werner Wanderer (45); achando-se ausentes os Srs. Deputados Aragão de Mattos Leão, David Federmann, Fuad Nacli, Jayme Rodrigues Carvalho, José Domingos Scarpellini, Lineu Turra, Luiz Roberto Soares, Waldenício Barbalho e Wilson Fortes (9).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,

destinada à apreciação de vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) — Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 45 Senhores Deputados.

Em discussão a seguinte proposição.

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nº 84/75, veto apostado ao projeto de Lei nº 67/72, de autoria do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, que autoriza o Poder Executivo transferir a Inspeção Regional de Ensino do município de Santo Inácio, para o município de Colorado. Parecer da CCJ., pela manutenção do veto.

Ofício nº 4/76

Curitiba, 6 de janeiro de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 156/75, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição que me confere o art. 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 28, ambos da Constituição Estadual, vetei o projeto de Lei nº 67/72, por julgá-lo contrário aos interesses do Estado, em razão dos motivos adiante expostos.

2. Dispõe o autógrafo sobre a transferência da Inspeção Regional de Ensino do Município de Santo Inácio para o município de Colorado.

3. A negativa de sanção ao Plano de Lei em exame decorre de informações prestadas pela Secretaria de Estado da Educação e Cultura, segundo as quais a medida, pela forma como está lançada, contraria aos superiores interesses do ensino. Esclarecem, ainda, as informações prestadas pela SEEC, que, na forma prevista pelos artigos 82 a 85, da Lei nº 6.636/74, serão realizados estudos com vistas ao remanejamento das Inspeções de Ensino, ocasião em que a medida constante do Projeto de Lei em questão poderá ser melhor equacionada.

4. Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JUNIOR — Governador do Estado

— Encerrada a discussão. Em votação a proposição. — Mantido o veto, rejeitado o projeto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 25, quinta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nº 85/75; e outra para sexta-feira, dia 26, às 9,30 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nº 80/75.

Levanta-se a Sessão.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 17ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 1976 - (Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Leopoldo Jacomel e Maurício Fruet.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, João Cioni Neto, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo e Werner Wanderer (45); achando-se ausentes os Srs. Deputados Aragão de Mattos Leão, David Federmann, Fuad Nacli, Jayme Rodrigues Carvalho, José Domingos Scarpellini, Lineu Turra, Luiz Roberto Soares, Waldenício Barbalho e Wilson Fortes (9).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, solicitando a inclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei nº 104/75.

Requerimento

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Casa, após ciência e aprovação do Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos desta Casa, um voto de regozijo ao escritor paranaense José Maria Orreda, pelo lançamento do seu livro "Irati".

Orreda não é um novato. Seis obras já editadas, e com sucesso, mostraram ao nosso País e, em especial ao nosso Estado, uma particularidade, não muito comum nos escritores brasileiros atuais, qual seja: o arraigado regionalismo pelas coisas de sua terra.

Seu amor por Irati, pelas suas coisas, pelo seu laborioso povo é incontestável. Este jovem de 40 anos que labuta em inúmeros campos da atividade humana, desde o magistério, como ex-inspetor regional de Ensino, professor atualmente, até à idealização do brasão e bandeira de seu município natal, é um brilhante historiador que, merecidamente galga a igualdade do perfeccionismo pela divulgação da história qual Rocha Pombo ou, hodiernamente David Carneiro.

Justo, pois, esta nossa solicitação, que, temos certeza, será acolhida por nossos pares, pois apenas é uma pálida e parca homenagem aquele que não procura ser história, em seu auto-anonimato, mas que cria a história daqueles que merecem ser história.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1976.

a) MAURICIO FRUET.

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer, ouvido o plenário, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Governador do Estado e ao Exmo. Sr. Secretário dos Transportes, apelo no sentido de serem determinadas providências, as mais urgentes possíveis, para o asfaltamento da estrada velha que liga Curitiba à Araucária.

A medida se impõe pelo crescente aumento de movimento naquele trecho, tendo em vista a implantação, ali, da Cidade Industrial de Curitiba, e considerando-se o congestionamento da Rodovia do Xisto decorrente, principalmente, da Refinaria da Petrobrás, o que deixou os usuários sem qualquer opção.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1976.

a) MAURICIO FRUET.

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições

regimentais, requer seja ouvido o plenário para endossar o envio de Telex ao Exmo Sr. Ministro da Educação, Magnífico Reitor da Universidade Federal do Paraná, Presidente do INPS, Prefeito Municipal de Curitiba, expondo aqueles autoridades a situação crítica e que ficará o DACISA, se concretizada a permuta do imóvel entre Universidade Federal do Paraná e INPS, sem uma imediata posição das partes permutantes com referência aos destinos daquela agremiação.

Sala das Sessões, 24 de março de 1976.

a) NILSO SGUAREZI.

JUSTIFICATIVA:

O atual DACISA, antigo DANC — Diretório Acadêmico Nilo Cairo, tem em Curitiba, uma tradição de lutas e constitui na vida estudantil do Paraná uma das mais exemplares condutas de comportamento associativo. Efetivamente, hoje, congregando alunos em número aproximado de dois mil, prestando diariamente refeições a mais de trezentos universitários, além de prestar assistência odontológica e social, este Diretório Acadêmico é uma das poucas entidades estudantis que realmente cumprem a missão a que se destinam e por isso mesmo, a qualquer custo, deve ser preservada. Por outro lado, ocupando a mais de 16 anos o imóvel da Rua Ébano Pereira, vê-se aquela entidade, de uma hora para outra, ameaçada de evacuação, ante a permuta que se efetivou entre a UFP e o INPS. Devem as autoridades, responsáveis pelos destinos daquele imóvel, preservarem aos estudantes o direito que aos mesmos deve ser reconhecido, não somente pelo espírito de lutas, até hoje demonstrado, mas principalmente pelo amplo papel que desempenham no seio social e assistencial desta cidade de Curitiba. Não se procura impedir a permuta, tão somente, resguardar o direito dos estudantes paranaenses, até então marginalizados na discussão da permuta que se concretizará oportunamente.

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) — Está finda a leitura do Expediente.

(Lendo): "No dia 16 de fevereiro passado a Mesa da Assembléia assinou com o MOBREAL termo de colaboração que, entre outras providências, procura elevar o nível de vida das populações paranaenses, cuja cópia enviou a todos os Srs. Deputados.

O analfabetismo que assola o país aflige-nos a nós Deputados igualmente. Acreditamos serem três os pontos básicos a nos firmarmos em nosso Estado: a desnutrição, a enfermidade e o analfabetismo. Fixamo-nos neste último, como pretendemos encetar campanhas contra a doença e a fome, caso o Termo de Colaboração com o MOBREAL resulte.

Todos os Deputados têm em seus Gabinetes cópia do Termo que foi igualmente remetida a todos os Prefeitos e Presidentes de Câmaras Municipais do Paraná.

Cumpra-nos, assim, apelar a Vossas Excelências para que pessoalmente e junto a suas bases municipais prestigiem nossa tentativa de contribuição ao engrandecimento do Estado, tanto que as limitações da Comissão Executiva não nos permitem, sozinhos, uma campanha consentânea com a importância da matéria."

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos endereçando à Mesa desta Assembléia, pedindo ainda aos Srs. Deputados endosso de um pedido de envio de telex ao Sr. Ministro da Educação e Cultura, ao Sr. Reitor da Universidade Federal do Paraná, ao Sr. Prefeito de Curitiba e ao Sr. Presidente do INPS.

A imprensa está anunciando a permuta de um imóvel do INPS com a Universidade Federal do Paraná, imóvel esse no Capanema, entrando aí a Prefeitura Municipal de Curitiba para a solução do problema das favelas lá localizadas.

Outro problema que surgirá com esta permuta e que está trazendo inquietação ao meio estudantil é com referência ao antigo Diretório Acadêmico Nilo Cairo. Uma vez concretizada a permuta ficará esse Diretório marginalizado da Universidade Federal, porque o imóvel da Rua Ébano Pereira, Policlínica Garcez do Nascimento, está sendo atualmente ocupado por aquele Diretório, o qual não possui recursos para se transferir para outro imóvel.

A classe dos estudantes que congrega Medicina, Odontologia e Bioquímica se encontra temerosa face aos destinos que são ameaçadores em virtude daquele Diretório não ter outra sede.

Estamos apelando para essas autoridades a fim de que, sem atrapalho da permuta, se dê uma solução ao problema que infalivelmente surgirá. Esclarecendo os Srs. Deputados, devemos dizer que aquele Diretório fornece diariamente mais de 700 refeições aos universitários, além de congregar nessa área cerca de dois mil universitários.

Então, presta relevantes serviços à comunidade curitibana, principalmente de estudantes que são do Interior, que não dispõem de recursos financeiros principalmente no setor de alimentação. Além do mais, o antigo Diretório Nilo Cairo é uma tradição em Curitiba que deve ser preservada a qualquer custo. Ainda, a possibilidade do Diretório manter uma sede própria, faz com que seja em boa hora que esta Assembléia faça sentir às autoridades responsáveis, a necessidade a ser realizada, se consigne uma cláusula, que, mesmo a transação sendo efetivada, tenha, o Diretório, um tempo ou seja feita uma ressalva, a fim de que os estudantes não fiquem, de uma hora para outra, ameaçados de perderem a sua sede e a se verem assim na contingência de serem evacuados daquele local. Portanto, pedimos aos Srs. Deputados um requerimento, que vai endossado inclusive pela Liderança da ARENA, representada pelo Deputado Ivo Thomazoni, que está tentando manter contacto junto ao Sr. Ministro da Educação, para explicar o problema grave que surgirá neste episódio, se a permuta se efetivar. Porque até agora, o Diretório não conseguiu participar das conversações que visam a efetivação da permuta, está sendo totalmente marginalizado e tudo leva a crer que, no momento que passar ao INPS, o INPS não terá mais obrigação alguma, com aquela entidade. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) — Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Lúcio Machado, inscrito.

O SR. LÚCIO MACHADO — (Lê) — "DENÚNCIAS E MAIS DENÚNCIAS TÊM SIDO FORMALIZADAS.

Seria este, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o contexto fiel e incontestável de fatos que ocorrem constantemente nas administrações municipais, principalmente nestes últimos doze anos, quando os desmandos nessa área administrativa se avolumam de forma violenta, sem que até o presente, tenha havido qualquer ato concreto de coibição aos abusos e desmandos que se repetem na constância destes anos. Talvez milhares de denúncias tenham sido formuladas a todos os setores de Justiça, naturalmente as leis foram arguidas em todas as oportunidades contra os denunciados, mas, os desmandos, as malsinadas ações de malversação de dinheiro público, continuam de forma cada vez mais aviltante, sem que, nenhum processo se conclua com a condenação do culpado.

Lembro-me muito bem, que ao assumir a Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Platina, em 6 de dezembro de 1963,

o meu primeiro ato como Prefeito Municipal foi determinar o Órgão Fazendário do Município, a proceder um levantamento, encaminhamos à Justiça Judiciária, denúncia contra o ex-Prefeito, por haver delapidado o patrimônio público, emitindo cheques sem provisão de fundos, e cometido uma série de outros abusos que levou a comunidade a um estado de falência caracterizada. A denúncia por nós oferecida, permaneceu na pauta do PODER JUDICIÁRIO por mais de cinco anos, e o julgamento do processo recebeu o veredicto de absolvição, notem bem, SR. PRESIDENTE E SRS. DEPUTADOS, o julgamento só ocorreu depois de vencido o nosso mandato prefetural.

Há poucos dias, desta tribuna, e consta dos Anais desta CASA, O DEPUTADO GABRIEL MANOEL, denunciava fatos relacionados com a Administração Municipal de Cambará, quando lia daqui, recorte de um determinado jornal, bem como uma certidão a ele encaminhado pelo Vereador NARCISO SCA RINCI daquela cidade, que, esclarece, haver o Prefeito MARIO CONSELVAM, praticado abuso de poder, por isso mesmo denunciado, cujos autos de ação penal, tramita no Foro da Comarca de Cambará, sob nº 01/76, como incurso nas sanções do Art. 1º, incisos V, e XIV em partes, do Decreto-Lei nº 201, que define as responsabilidades dos Prefeitos, concomitantemente com o Artigo 51, § 2º, do Código Penal Brasileiro.

Cujo fato ocorreu no dia 4 de fevereiro, quando a referida denúncia foi devidamente oferecida pelo representante do Ministério Público daquela mesma comarca, tendo sido recebida por despacho o MM. JUIZ DE DIREITO, que designou o dia 15 do corrente mês às 14 horas, para o interrogatório do acusado, o que naturalmente a esta altura deve ter ocorrido.

O Prefeito denunciado, pelo ilustre Deputado GABRIEL MANOEL, segundo consta dos autos de queixa-crime, oferecido pela Promotoria Pública, contra o Prefeito de Cambará, o mesmo, além de ter as suas contas desaprovadas pela Câmara Municipal e pelo Tribunal de Contas teve inúmeros fatos de protestos de credores da Prefeitura, além de outros abusos e práticas de atos ilícitos; segundo o previsto na Lei 201, artigos e incisos capitulados, o Prefeito de Cambará, será condenado à pena de três meses a três anos de detenção, além de ser condenado à perda de mandato e inabilitação pelo prazo de cinco anos, para o cargo ou exercício de qualquer função pública, levito ou de nomeação, sem prejuízo da reparação civil do dano causado ao patrimônio público.

O Sr. MÁRIO CONSELVAM, desde cedo, demonstrou incapacidade para o exercício da atividade pública por meio de cargos efetivos, haja visto que, elegeu-se Prefeito Municipal pelo meu Partido, pelo MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, entretanto ao limiar do mandato, pressionado pelas forças políticas locais da área governista, trocou a camisa (como bem frisou o Deputado GABRIEL MANOEL) passando para o Partido do Governo, empenhando as suas responsabilidades que deveria ser com o povo daquela comunidade, com os políticos locais da área antagônica. Talvez o Senhor Conselvam, tomou tal atitude naquela oportunidade, porque já estava responsabilizado por erros administrativos, e como se a área do Governo, (presume-se), lhes emprestasse o apoio pela sua segurança, em troca de sua mudança, assim procedeu, e, os tempos se passaram estando agora, quase ao final do mandato, chega ao fato de ser denunciado à JUSTIÇA, por erros que vem cometendo há quase quatro anos.

É de se perguntar, será que o Prefeito de Cambará será condenado mesmo? Se a denúncia houve é porque os fatos ocorreram, a condenação terá que concluir. Mas, e outros tantos Prefeitos denunciados que estão por aí, inclusive o da minha

cidade, do meu município que no mesmo período administrativo, levou a comunidade paranaense ao verdadeiro estado de falência, e que, apesar de denúncias constantes por parte da Câmara dos Vereadores, somente agora veio a ser denunciado pela Promotoria Pública, quando se aproxima do final do mandato eletivo que o levou à Administração Municipal.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, os fatos que vêm acontecendo, com referência às administrações municipais, são violentadores da honra e da dignidade administrativa. Não se pode conceber o Estado de miserabilidade que estão vivendo os municípios do Paraná, principalmente os pequenos municípios, e, se justiça for feita, no final do atual mandato preferece muitos Prefeitos sairão das Prefeituras e irão para a cadeia."

Deixo aqui este pronunciamento para que faça parte dos Anais e dos trabalhos da Casa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Declino, Sr. Presidente, em vista de nosso líder Osvaldo Macedo ter um pronunciamento em nome de nossa bancada, em nome do Paraná perante os acontecimentos aqui verificados.

Em seguida, peço minha inscrição como último inscrito na hora do Grande Expediente.

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Osvaldo Macedo.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Quem gerou Mateus que o embale", poder-se-ia dizer a propósito da crise que há dias vive o Paraná e que foi provocada no arraial do situacionismo pelos Governos da República e do Estado, quando se dispuseram a lançar mão de todo o seu potencial para liquidar politicamente um homem e atingir o seu patrimônio. Agiríamos de acordo com esse ditado popular se os grupos que eventualmente detêm o poder não estivessem envolvendo e usando instrumentos e recursos públicos para satisfazer seus interesses pessoais e seu apego ao mandonismo.

O ex-Governador da ARENA, Sr. Paulo Pimentel, não é uma vítima isolada, nem suas empresas são as primeiras e únicas a serem atingidas. Outras mais poderão sofrer o mesmo dano e estão apreensivas. Mas, pergunta-se: Por que assim fazem eles, se fazem contra um dos seus? Por que eles querem a unanimidade bovina; porque eles não têm medida, nem respeitam princípios éticos e morais. Porque sempre os uniu o interesse e o interesse, em política, é sempre e indefinidamente insaciável.

Entretanto, a primeira evidência dessa divergência é o prenúncio seguro do próprio fim.

Diante dessa manifesta violência, cumpre-nos oferecer ao Sr. Paulo Pimentel o conforto moral que nunca recusamos às vítimas do arbítrio e da prepotência, independentemente da posição política ou filosófica de cada uma.

Essa crise faz parte da escalada para a pretensa perpetuidade no poder, como outras manifestações estão demonstrando.

A atenção deles se encontra agora nos meios de comunicação, de que pretendem domínio absoluto, pois se não lhes bastou a censura desenfreada. Eles querem permanecer mandando a todo custo. Rio-me dos que não conhecem a história. Outros mais inteligentes e criativos tentaram a mesma coisa a todos os ditos e todos eles terminaram invariavelmente mal.

Os fatos conhecidos e os atos tornados públicos não recomendam os Governos que os praticarem, nem os engrandecem aos olhos do povo. As novas gerações, entre as quais e na van-

guarda está a minha, se decepcionam e se envergonham com esses espetáculos de força e perdem qualquer admiração pelos que se julgam líderes, cujo exemplo não invejam e se recusam a seguir. Infeliz do País em que os que se apresentam como líderes não servem de exemplo.

Mas ao mesmo tempo esses fatos e atos evidenciam a insegurança em que vive um País sem Constituição e sem lei a limitar o poder dos que governam. Daí a primeira lição que se extrai do episódio: Neste Brasil em que não são as leis que governam os homens, mas uns poucos homens que governam as leis, não são apenas os direitos humanos que estão sem garantia, mas todos os demais direitos, inclusive e de propriedade, como agora se comprova. Eles já deveriam ter aprendido o ensinamento que o Senador Brossard lhes deu de graça: "Quando os governados não têm seguro os seus direitos, os governantes não têm seguro o seu poder."

5— A segunda evidência que se tira dessa crise é esta: eles sabem que os seus dias já são curtos e se desesperam na tentativa de prorrogá-los. Jogam a cartada decisiva nas eleições municipais deste ano, que não puderam suspender, mas que agora não pretendem perder de nenhuma forma, nem que tenham de utilizar dos expedientes mais imorais e condenáveis, como estão fazendo. A vitória para eles é uma questão de sobrevivência e um pretexto para artimanhas já planejadas. Para conseguí-las, mas se esquecem que existem milhares de estômagos vazios; que os lavradores estão desencorajados para produzir; que os comerciantes estão sobressaltados com o custo do dinheiro, com a retração do crédito e com a terrível carga de tributos e taxas; e os funcionários públicos se sentem enganados, enquanto os aposentados e os inválidos sofrem com injustificável discriminação; os estudantes sabem que não lhes dão voz e os trabalhadores sentem que não têm vez . . .

6— Eles estabeleceram normas que não cumprem e cometem crimes eleitorais que suas leis endereçadas criaram. "A necessidade imperiosa da vitória nas eleições municipais, colocada pelo Chefe do Executivo em termos categóricos, tende a justificar a crescente participação da máquina administrativa na campanha em favor do partido governamental", denunciou no último domingo o jornal "Folha de São Paulo". Mas a lei eleitoral, que o Governo tem que conhecer e devia fazer cumprir determina:

"As autoridades administrativas federais, estaduais e municipais proporcionarão aos Partidos, em igualdade de condições, as facilidades permitidas para a respectiva propaganda". (Art. 256 do Cód. Eleitoral).

E devem saber também os governantes que é crime eleitoral "valer-se o servidor público da sua autoridade para coagir alguém a votar ou não votar em determinado candidato ou Partido" (Art. 300 do Cód. Eleitoral).

Mas aqui no Paraná o Senhor Governador do Estado fez campanha eleitoral antes do prazo que a lei permite, realiza concentrações que o Ministro da Justiça determinou - ultra-lei - que ele mesmo impedisse e coloca todo o instrumental do Estado, de forma bisonha, a serviço do seu próprio partido.. Ora, quando um governo nomeado ou imposto se empenha de corpo e alma numa campanha em favor de um só partido, ele perde a serenidade e a autoridade de magistrado, que deve ter numa eleição, para se transformar num mero cabo eleitoral sem voto.

E quando leitores de um livro só e oradores de suas palavras afirmam categoricamente que o partido do Governo tem que ganhar as eleições de novembro a qualquer preço, em todos os municípios, estão advogando o partido único e relegando a

lição do Exmo. Sr. Presidente da República, General Ernesto Geisel, em seu famoso discurso de 30 de dezembro de 1974, feito à Nação. Disse ele:

“Acresce mencionar, que a Arena aparentemente se beneficiou - e talvez mais correto seria dizer que se desgastou com o largo período de confortável, mas amoliente posição majoritária. As consequências estão agora à vista. Sirva isso de alerta, sobretudo aos poucos que sonham ou possam sonhar com a estrutura antidemocrática, supostamente monolítica, do partido único. Este é inviável em qualquer ambiente, a não ser pela coação, ostensiva ou disfarçada, que impeça ou contenha a inevitável luta de facções.”

7— A terceira lição que se tira da crise que o Governo criou no Paraná é esta: o Governo tem medo do povo. Pois se não tivesse não estariam estudando, justamente às vésperas da eleição, fórmulas de limitação, de pressão e de censura para uso do horário gratuito de campanha eleitoral em emissoras de rádio e de televisão, preocupado com o que tem a dizer a oposição, e que o povo quer saber, sobre os seus erros e desacertos. Desacostumados da prática democrática, está o Governo mal entendido sobre o que seja eleição. Ele deve estar achando que não apenas o VOTO deve ser secreto. Quer que também a campanha e os candidatos sejam secretos, como secretos já são alguns dos seus decretos.

8— Em nenhum país democrático o Governo tem o monopólio do noticiário nos meios de comunicação. Mesmo na França, onde a televisão é do Estado, os partidos de oposição têm assegurado o livre acesso aos seus programas, em igualdade de condições com os detentores do Poder. E nada mais justo. Pois se o povo, que gosta de futebol, tem oportunidade de ver futebol à vontade no vídeo; que gosta de carnaval, tem transmissões de carnaval à noite inteira pela televisão, POR QUE não pode assistir a livres e amplos debates políticos pela televisão, se gosta de política e tem que estar bem informado sobre a vida política do país, para participar? Quem tem razão não teme o debate.

Os modernos criminalistas americanos, já antes de “Watergate”, classificavam como delito a negativa de informação de interesse da coletividade, ou a falsificação de informação pelo Governo. É o que chamam de “vitimização coletiva.”

9— A outra lição, também grave, que se tira do episódio, é esta: a corrupção já não é mais investigada e nem punida. Já não será crime? O noticiário da imprensa, não desmentido, sobre a utilização de dinheiro dos cofres do Estado e de órgãos de administração indireta, para divulgação e promoção em termos políticos, põe em séria dúvida a honestidade dos que hoje gerem a coisa pública.

Ainda ontem foi um governador demitido por corrupto que permanece impune, à beira-mar. Depois, foi a descoberta de uma onda de corrupção na maioria dos Estados, ao final dos governos nomeados pelo ex-Presidente Médici, a ponto de jornais nacionais, como “O Estado de São Paulo”, dedicarem páginas, sob a forma de seção, para cobertura de casos escabrosos. Alguém foi punido? O que é feito das investigações, se é que estas foram determinadas? Na Convenção da Arena, em setembro do ano passado, o Exmo. Sr. Presidente da República declarava a corrupção não julgada.

É de se perguntar: se foi dada ao país uma lei excessivamente drástica e até ofensiva aos princípios do Direito Penal, para combater a subversão, como é a Lei de Segurança Nacional, por que até agora não foi dada uma lei com o mesmo poderio para combater a corrupção? A omissão é injustificável. Mas

a corrupção é crime próprio de quem está na administração.

10 — A terrível constatação, diante disso, é a de que a casa não está em ordem e a cada dia se desarruma mais.

Quando se concede eleições, não é por respeito ao povo que legitima o poder, mas por preocupação com a imagem internacional do país e para preservação do crédito externo, periclitante pelo endividamento excessivo. Desembocamos numa gritante crise econômica que não se deve apenas a reflexos dos fatos externos. E essa crise econômica obriga o Sistema a encontrar, já e já, a solução política há tanto postergada. O que é preciso saber é que esta solução só existe, em qualquer tempo, dentro do regime democrático, onde as responsabilidades são partilhadas. Só o Estado de Direito oferece soluções civilizadas, porque dentro da lei. Apenas os extremistas e os golpistas se irmanam na fabricação de ambiente de tumulto e de insegurança. Porque somos fundamentalmente democratas, os emedebistas queremos a lei e a paz para trabalhar e progredir. Sabemos que não existem fórmulas mágicas e nem modelos ideais fora do respeito à lei e ao regime democrático.

Eis porque os homens de bem e as instituições permanentes devem influir para moderar o apetite dos que estão se julgando eternos. Eles são os responsáveis por esses dias terríveis de desencontro e desamor. Eles edificaram esse tempo de direitos desrespeitados e de valores distorcidos. Eles estão sacrificando o nosso presente e onerando o nosso futuro. Eles estão nos deixando um saldo de falência e um legado de frustração. Eles estão usando o que pertence a todos para saciar a incomensurável volúpia de uns poucos.

A solução é o Estado de Direito.

O único caminho é a Democracia.

Apenas os arquitetos do ódio e da radicalização desconhecem que a História deste país sempre encontrou solução para suas crises na conciliação e na composição.

Ainda é tempo de se conciliar e de se compor.

Para esse projeto, teremos sempre estendida a nossa mão amiga a todos os que a mão amiga nos estenderem”. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado, inscrito.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A história sempre registrou e consequentemente sempre ficou confirmado nas páginas da própria história, que aqueles que se envaidecem com o poder, cedo ou tarde terão que ser humilhados.

Não queríamos participar, de forma alguma, na análise dos acontecimentos recentemente registrados no partido governista.

Entretanto, pelo que se observa o Sr. Paulo Pimentel paga pelo erro que cometeu pela falta de respeito aos seus próprios companheiros, aqueles que o ascenderam ao Governo do Estado.

Vindo do Estado de São Paulo, Paulo Pimentel tão logo aqui chegou se enganjou ao staff político do Sr. Ney Braga que tinha ao seu lado homens cuja dignidade, honradez e posição política permanecem até o presente, resplandecendo no Paraná.

Paulo Pimentel, como cabo eleitoral no Norte do Paraná, do Sr. Ney Braga, com a vitória daquele, veio imediatamente assumir a Pasta mais importante daquela época, a da Secretaria da Agricultura.

Inteligente, sagaz e capacitado para as propagandas, sem importar que elas fossem demagógicas ou se elas produzissem

resultado administrativo para o nosso Estado, Paulo Pimentel soube usar de sua condição, soube levar aos quatro cantos do Paraná a propagação do seu nome, que seria, naturalmente, um forte candidato a Governador deste Estado.

O Sr. Ney Braga, como Governador, ao sentir que poderia ser apeado das condições de dirigente do partido governista neste Estado com a ascensão do Sr. Paulo Pimentel, embora inteligente, habilidoso político, até sagaz, quando quis tomar as rédeas para compor as condições, o Sr. Paulo Pimentel há havia alcançado um posto de liderança no Paraná. Então, o Governador não tinha outro caminho; em respeito à determinação de seu próprio partido, teria que marchar às urnas, com Paulo Pimentel, para o Governo, e, foi uma vitória tranquila, uma vitória fácil, uma vitória do Partido governista. Tão fácil como nunca.

Entretanto, se observarmos hoje o próprio Governador do Estado e muitos outros nomes que deixarei de citar por falta de lembrança neste instante, que foram compor o Governo do Sr. Paulo Pimentel, no primeiro e no segundo ano, romperam com o Sr. Paulo Pimentel porque o homem só aceitava uma coisa — o poder em suas mãos, e os companheiros subjugados às suas determinações; as suas palavras eram uma ordem, e quando as coisas não saíam segundo a sua vontade, era como se seus companheiros fossem os responsáveis pelo não êxito dos seus objetivos.

E os anos decorreram, as cartas viraram, os seus amigos transformaram-se em inimigos ferrenhos.

E aí está o primeiro episódio histórico de uma façanha que retratou bem de perto que, não há poder que não se tome, não há vaidade que não se humilhe. Hoje, os amigos de ontem querem-lhe a cabeça, querem-lhe, politicamente, querem-lhe economicamente, este mesmo grupo que deu ao Sr. Paulo Pimentel o maior dispositivo de divulgação deste Estado, três canais de televisão, duas rádios emissoras e dois jornais de maior circulação e revestidos da maior honestidade publicitária. Hoje arguem a Lei, a Lei que existe há muito tempo, e que já tirou de todos os outros grupos, o que estava demais; porque não é permitido pela Lei que uma empresa tenha mais do que dois órgãos de divulgação. E o Sr. Paulo Pimentel manteve, até agora, sete órgãos de informações neste Paraná.

Entretanto, porque o Sr. Paulo Pimentel continua a ser a ser movido pela sua vaidade excessiva, seus companheiros resolveram a não mais perdô-lo. E aí está estabelecido, a sua sentença: Falência política, falência econômica.

Apenas, para observar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é bom que o homem sinta, quando alcança o Poder: que o poder é efêmero, é passageiro, é pé de vento; que o Poder representa uma única coisa para o homem que o exerce: A condição de ser livre, e fazer resplandecer a sua dignidade, de respeitar para se fazer respeitado, pelos seus liderados ou dirigidos.

E o que houve com o Sr. Paulo Pimentel sempre houve com todos aqueles que não souberam usar do poder com dignidade e com respeito.

Aí está, o atual Governador do Estado, Sr. Jayme Canet Júnior, que foi um dos propulsores da campanha de Paulo Pimentel ao governo; aí está o Governador do Estado do Paraná, comandando a campanha de falência econômica e de falência política, do Sr. Paulo Pimentel.

E isso ocorreu exatamente, porque não soube o Sr. Paulo Pimentel se conduzir com respeitabilidade, em referência ao apoio que recebeu do poder político de seu próprio partido.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não pertencem a este nem aquele lado, pertencem e me hon-

ro em pertencer principalmente nesta oportunidade, à Oposição, mas não poderia deixar de analisar, porque tenho certeza que a retratação destes acontecimentos, haverá de conscientizar o subconsciente dos homens mais responsáveis deste Estado e deste País, de que os companheiros devem ser respeitados.

Os companheiros devem se respeitarem mutuamente, nesta ou naquela posição em que estiverem. Porque é melhor, muito melhor, ter um inimigo que nunca foi amigo; do que ter um inimigo que ontem foi amigo.

E os amigos do Sr. Paulo Pimentel, está perfeitamente esclarecido, não vão perdoar, e ele haverá de pagar pela excessividade de sua vaidade pessoal, por não ter sabido se conduzir no Poder.

É esta a nossa apreciação, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 45 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 22/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 179/74, que aprova os termos dos Convênios firmados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os municípios de Assis Chateaubriand, Dois Vizinhos, objetivando construções de prédios destinados às Delegacias de Polícia e Cadeias Públicas nos referidos municípios. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 36/75, de autoria do Deputado Ezequias Losso, que declara de Utilidade Pública à Associação da Escola Internacional de Curitiba, com sede e foro nesta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 144/75, de autoria do Deputado Gilberto Carvalho, que declara de Utilidade Pública à Associação dos Serventuários da Justiça do Estado do Paraná — ASSEJEPAR, com sede e foro nesta Capital. — Pareceres favoráveis da C.C.J. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 23/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 190/75, que aprova os Termos de Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas com as Prefeituras Municipais que especifica, objetivando construção de prédios destinados à Delegacias de Polícia e Cadeias Públicas naquelas comunas. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P. — **Aprovado.**

Comissão de Constituição e Justiça

Projeto de Resolução Nº 23/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Artigo Primeiro — Ficam aprovados os termos dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas com as Prefeituras Municipais de Bela Vista do Paraíso, Corbélia, Guapirama, Iguaçu, Matelândia, Paranacity, Porecatu e Santa Cruz do Monte Castelo,

objetivando a construção de prédios destinados à Delegacias de Polícia e Cadeias Públicas nos referidos municípios.

Artigo Segundo — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 09 de abril de 1975.

aa) Accioly Neto — Presidente
Dácio Leonel — Relator.

Comissão de Constituição e Justiça

Proposição 190/74

Parecer

A presente proposição é oriunda da Mensagem 61/74 do Poder Executivo, encaminhando cópias autênticas dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas com as Prefeituras Municipais de Bela Vista do Paraíso, Corbélia, Guapirama, Iguaçu, Matelândia, Paranacity, Porecatu e Santa Cruz do Monte Castelo, objetivando a construção de prédios destinados à Delegacias de Polícia e Cadeias Públicas nos referidos municípios.

Foram devidamente observados os aspectos na forma do Projeto, legal e formal.

Somos assim pela aprovação da propositura na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 09 de abril de 1975.

aa) Accioly Neto - Presidente
Dácio Leonel — Relator.

Comissão de Finanças

Parecer ao Projeto de Resolução Nº 23/75

O Chefe do Poder Executivo Estadual, através da mensagem 61/74, encaminhou a esta Casa de Leis, cópias autênticas de convênios celebrados entre o governador do Estado, pelas suas secretarias de Segurança Pública e Viação e Obras Públicas, com as Prefeituras Municipais de Bela Vista do Paraíso, Corbélia, Guapirama, Iguaçu, Matelândia, Paranacity, Porecatu e Santa Cruz do Monte Castelo, visando a construção de prédios destinados às delegacias de polícia e cadeias públicas nos referidos municípios.

A douta Comissão, sobre ser de interesse público, o referido Plano de Lei tem plena justificativa, sendo o nosso Parecer pela sua aprovação.

É o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 29 de abril de 1975.

aa) Quielise Crisóstomo - Presidente
Aragão de Mattos Leão - Relator.

COMISSÃO DE POLÍCIA

PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 23/75

O presente Projeto de Resolução, ex-Proposição nº 190/74, oriunda da mensagem 61/74 do Poder Executivo, tem por objetivo a construção de prédios destinados às Delegacias de Polícia e Cadeias Públicas, nos Municípios de Bela Vista do Paraíso, Corbélia, Guapirama, Iguaçu, Matelândia, Paranacity, Porecatu e Santa Cruz do Monte Castelo.

No âmbito desta Comissão, a construção dos referidos

prédios é necessária, e virá assegurar maior tranquilidade à segurança às populações laboriosas daqueles Municípios.

O nosso parecer é pela aprovação.

Sala das Comissões, 07 de agosto de 1975.

aa) WERNER WANDERER — Presidente
JOÃO CIONI NETO — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 246/75, de autoria do Deputado Wilson Fortes, que declara de Utilidade Pública a Associação Educacional Vigilantes Mirins de Paranavaí "Frei Rafael Mainka", com sede e foro na referida cidade. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 146/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL VIGILANTES MORINS DE PARANAVAÍ "FREI RAFAEL MAINKA", com sede e foro naquela cidade.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08 de outubro de 1975.

a) WILSON FORTES

JUSTIFICATIVA

A entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública preenche todos os requisitos necessários exigidos pela Legislação Estadual e Federal, reguladora da matéria.

A cópia dos estatutos da entidade, que anexamos ao presente, estampam suas finalidades, as quais por si só, dizem da justeza em reconhecê-la de utilidade pública.

Isto exposto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares com assento nesta Augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 146/75

De autoria do nobre Deputado Wilson Fortes, objetiva o presente Projeto de Lei declarar de Utilidade Pública a Associação Educacional Vigilantes Mirins de Paranavaí, "Frei Rafael Mainka", com sede e foro naquela cidade.

Pela documentação apresentada, verifica-se que, efetivamente, a entidade acima referida presta relevantes serviços à comunidade de Paranavaí. Não tem objetivo de lucros, não distribui dividendos e também a sua Diretoria não recebe qualquer remuneração.

Sendo assim, os requisitos exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria, estão plenamente satisfeitos.

Nestas condições, nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 26 de novembro de 1975.

aa(ACCIOLY NETO — Presidente.
ADALBERTO DAROS — Relator

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente, solicitando a inclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei nº 104/75. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício constante do Expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Transportes, formulando apelo no sentido de serem determinadas providências, visando o

asfaltamento da estrada velha que liga Curitiba a Araucária. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet constante do Expediente, solicitando voto de regozijo ao escritor paranaense José Maria Orreda, pelo lançamento de seu livro "Irati". — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, apoiado por diversos Srs. Deputados, constante do Expediente, solicitando seja enviado Telex ao Sr. Ministro da Educação, bem como aos Srs. Magnífico Reitor da Universidade Federal do Paraná, Presidente do INPS, e Prefeito Municipal de Curitiba, expondo àquelas autoridades a situação crítica a que ficará o DACISA, se concretizada a permuta do imóvel entre a Universidade Federal do Paraná e INPS. — **APROVADO.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente

Sessão, marcando outra para amanhã, dia 25, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nº 22/75 e de Leis nºs 36/75 e 144/75.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs. 23/75 e 146/75.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 177/75 e 157/75.,

marcando ainda, outra sessão para sexta-feira, dia 26, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução nº 7/75 e de Lei nº 135/75.

Levanta-se a Sessão.